



O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, durante entrevista à Folha de São Paulo em 18 jul. 2023. (Folha/Agência)

Veto a conversas entre Bolsonaro e Valdemar prejudica eleição, diz PL

Proibição e impacto político da medida podem minar as articulações da sigla, que quer eleger mil prefeitos no país

Camilla Zarur e
Artur Rodrigues

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO A operação da Polícia Federal que investiga uma tentativa de golpe de Estado impôs um obstáculo às articulações do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, para as eleições municipais.

Na avaliação de líderes da legenda, o impedimento do ex-mandatário de conversar com outros aliados do inquérito — entre eles, o presidente da sigla, Valdemar Costa Neto — mina as estratégias pensadas para o pleito deste ano. As consequências da investigação que atinge o entorno do ex-presidente trazem incertezas principalmente para

as duas capitais que são foco do bolsonarismo no país. Rio de Janeiro e São Paulo. Bolsonaro foi um dos alvos da operação de quinta-feira (8) e teve o passaporte apreendido. Já Valdemar foi preso em flagrante por posse ilegal de arma de fogo. O general Walter Braga Netto, também membro da sigla, foi outro alvo. Todos estão impedidos de se comunicar entre si. Segundo correligionários, Braga Netto teria papel de coordenar as campanhas municipais do PL. Ele havia sido escolhido para a função por ser da estrita confiança de Bolsonaro e por ter uma visão de estrategista, como militar, e de conciliador.

Agora, no entanto, sem po-

der se comunicar com os principais líderes do partido, o general fica impedido de exercer a função. Dentro dos planos do PL para 2024, o partido pretendia eleger mil prefeitos por todo o país. Eles apostam, para isso, na popularidade de Bolsonaro e no acesso aos fatos fundos eleitoral e partidário — conquistados após a sigla fazer a maior barreira na Câmara dos Deputados em 2022. Como havia disputas internas, o diálogo entre Bolsonaro e Valdemar era fundamental. Agora, eles vão depender de interlocutores para chegar a consenso na cidade.

No Rio de Janeiro, um dos atores ocorre pela escolha do vice do candidato bolsonaris-

“O candidato do Bolsonaro à Prefeitura de São Paulo disse agora que ‘não tem como comentar’ a operação da PF. Seria bom saber se ele ainda considera seu padrinho político um ‘democrata’, como declarou há pouco tempo”

Guilherme Boulos (PSOL) pré-candidato à Prefeitura de São Paulo, em frase sobre o atual prefeito, Ricardo Nunes, apoiado por Bolsonaro; fala evidência custo político de investigações da PF

ta Alexandre Ramagem, que hoje é deputado federal. De um lado, a ala ligada à ex-primeira dama Michelle Bolsonaro, apoiada por Valdemar, defende uma chapa pura com a deputada federal Chris Tinetti. Do outro, os filhos de Bolsonaro, apelados pelo pai, defendem oferecer o posto a algum partido aliado, para aumentar a competitividade da candidatura. A decisão final, de acordo com fontes a par das conversas, é de Bolsonaro, e o ex-presidente escolheu quem seria o vice de Ramagem. O problema é que, agora, a candidatura do parlamentar entrou em seque.

Isso porque Ramagem também é alvo de investigações da PF em um inquérito que apura monitoramentos ilegais da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) durante o governo Bolsonaro.

As duas investigações afetam alianças com outros partidos, já que seus líderes recuam a retratar sua imagem em ano eleitoral com investigações que podem ser alvos de mais ações em um curto espaço de tempo.

Na avaliação deles, não é favorável para ninguém estar no palanque de quem pode ser preso às vésperas da eleição. Desta forma, siglas importantes no Rio, como PP, MDB e União Brasil, já estudam lançar candidaturas próprias ou se aliar com o principal oponente de Bolsonaro na cidade, o prefeito Eduardo Paes (PSD), apontado como favorito na disputa.

Mém disso, dentro do PL, abre-se a brecha para que o partido indique um nome mais neutro na corrida a prefeitura, alguém que não seja tão ligado ao ex-presidente. Uma das possibilidades é o senador Carlos Portinho, que já começou a se movimentar. Recentemente, ele se reuniu com o governador Cláudio Castro (PL) e o presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar, que está prestes a assumir o comando da União Brasil fluminense. Após a operação desta quinta-feira e diante dessas incertezas, líderes do PL do Rio se reúnem em um jantar para definir os próximos passos.

Em São Paulo, a operação tem potencial para atingir a campanha do prefeito Ricardo Nunes (MDB), onde já se dava como certo que o PL ficaria com a vice. Entre partidos aliados, havia uma percepção de que o PL, por ser o

maior partido e ser a sigla de Bolsonaro, teria preferência nessa escolha.

Nunes pediria uma pesquisa para avaliar a lista de nomes indicados por Valdemar, o deputado estadual Tomé Abuch (Republicanos-SP), a secretária estadual de Políticas para a Mulher, Sonaira Fernandes (Republicanos-SP), a delegada Raquel Galliani e o ex-chefe da Rota coronel Ricardo Mello Araújo. Este último é uma indicação de Bolsonaro.

Políticos do entorno de Nunes minimizam o impacto na campanha. No entanto, siglas aliadas já estão em compasso de espera para verificar o tamanho do estrago sobre a imagem de Bolsonaro.

Dependendo do impacto e com aumento do risco de uma prisão do ex-presidente, as lideranças avaliam que o veto direto com o partido dele possa passar a não ser mais vantajoso para Nunes.

Nesse caso, partidos como União Brasil, do vereador Milton Leite — presidente da Câmara Municipal — e o Republicanos, que abriga o governador Tarcísio de Freitas, desmontam como possíveis herdeiros da vaga.

Leite, que controla a União Brasil em São Paulo, em dos que miram o posto. Além disso, a importância de Tarcísio, que ainda não se manifestou sobre o vice, também cresce, avaliam líderes.

Na quinta, Nunes evitou comentar o fato de o ex-presidente estar na mira da Polícia Federal. Questionado pela imprensa durante a inauguração de uma UBS na zona leste, ele, que já disse considerar Bolsonaro um democrata, afirmou que não tinha o que comentar e que estava “cuidando da cidade”.

O principal adversário de Nunes, Guilherme Boulos (PSOL), não deixou passar a oportunidade de lembrar a frase e vinculou entre ambos. “O candidato do Bolsonaro à Prefeitura de São Paulo disse agora que ‘não tem como comentar’ a operação da PF. Seria bom saber se ele ainda considera seu padrinho político um ‘democrata’, como declarou há pouco tempo”, escreveu o pré-candidato em uma rede social.

Enquanto Nunes tenta fugir da polarização, Boulos apoia na estratégia oposta, confidando em que a vantagem da esquerda na cidade registrada nas eleições presidenciais de 2022 possa se repetir.

Alexandre de Moraes converte flagrante de presidente do partido em prisão preventiva

José Marques

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), converte nesta sexta-feira em prisão preventiva a detenção do presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto. Na prisão preventiva, não há prazo determinado para a redução. Valdemar foi preso em flagrante durante uma busca e apreensão na quinta (9) em seus endereços e na sede do PL, em Brasília.

Segundo a PF, ele tinha a posse ilegal de uma arma e também foi encontrada com ele uma pepita de ouro. O dirigente partidário passou por audiência de custódia na tarde desta sexta-feira (9), em Brasília. Na audiência de custódia, o preso é ouvido por um juiz para que sejam avaliadas eventuais ilegalidades na prisão.

Além de converter a prisão em flagrante em preventiva, o magistrado deu prazo de 24 horas para a PGR (Procuradoria-Geral da República) se manifestar sobre um pedido de liberdade provisória apresentado pela defesa.

Valdemar foi levado na noite de quinta (9) para a Superintendência da PF no DF.



Pepita de ouro encontrada na casa de Valdemar Costa Neto em 9 de julho de 2023. (Folha/Agência)

A PF afirma que Valdemar participou da suposta trama para aplicar o golpe de estado no país e manter Jair Bolsonaro no poder. Não havia ordem de prisão contra ele — o político foi detido em flagrante de posse de arma e de pepita.

Em nota divulgada na quinta,

o advogado de Valdemar, Marcelo Nesso, disse que não houve fato relevante para a prisão, que “a pedra apreendida tem baixo valor e não configura delito” e que a arma é registrada e pertence a um parente próximo, tendo sido esquecida na casa do dirigente partidário.

O presidente do PL já havia passado uma temporada na cadeia anteriormente.

Ele foi preso em 2021, devido à condenação a sete anos e dois meses no caso do mensalão. Em 2016, o STF perdoou sua pena após cumprimento

de um quarto do período de detenção.

Outros presos na quinta também passaram por audiências de custódia: os militares Marcelo Câmara e Rafael Martins, o Joe. Câmara foi ouvido no Batalhão da Guarda Presidencial e Martins no Comando da Artilharia Divisória da Divisão do Exército.

Também houve a audiência de Felipe Martins, que foi assessor para assuntos internacionais de Bolsonaro. Ele foi escutado na sede da Polícia Federal do Paraná.

Ao contrário de Valdemar, os outros três já tinham mandados de prisão autorizados por Moraes. O ministro manteve suas prisões preventivas. Em nota, o advogado de Felipe Martins, João Mansour, disse que “apesar de estar submetido a uma prisão ilegal, desprovida dos requisitos básicos para a imposição da prisão preventiva, e após uma audiência de custódia realizada em desconformidade com os prazos estabelecidos pela legislação, o Sr. Felipe Garcia Martins Pereira continua privado de sua liberdade”.

Nesta sexta-feira, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que é dirigente do PL, já havia passado uma temporada na cadeia anteriormente. Ele foi preso em 2021, devido à condenação a sete anos e dois meses no caso do mensalão. Em 2016, o STF perdoou sua pena após cumprimento

bém publicou vídeo de um aliado criticando a operação de quinta-feira e escreveu que “não existe democracia sem oposição”. O perfil oficial do PL publicou notícia sobre a operação e postou os dizeres “Perseguição implacável da farfanga de justiça”.

Também republicou críticas de outros integrantes do partido, incluindo o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro.

Na quinta-feira, o perfil do partido publicou: “Como pode alguém ser detido por ser portador de uma pedra guardada há anos como relíquia e que, segundo a própria autoridade da Polícia Federal, vale cerca de 10 mil reais?”

Antes da operação, o procurador-geral Paulo Gonet havia afirmado que não via motivo suficiente para que se estabelecesse “com relação ao sr. Valdemar Costa Neto, a proibição de manter contato com os demais investigados, inclusive através de advogados, e a proibição de se ausentar do país”.

“O propósito de coleta de evidências não parece depender dessas constrições de ordem pessoal, nem se assemelha indicativo de risco para aplicação da lei penal que recomende as limitações sugeridas”, afirmou Gonet. Moraes, porém, decidiu a favor das proibições ao presidente do PL, que acabou detido nas buscas.